

Oficialização Demandas de Formação - Lei 14.133/21 - 6091309

OS 001/2018-CJUD - ANEXO I

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO DO RS - DODF

1. Identificação de formação/desenvolvimento de competências a ser realizado:

Curso a ser realizado no Memorial, com enfoque em pequenos reparos em processos e documentos históricos em papel.

2. Identificação da Unidade demandante (Setor/Departamento/Direção/Responsável/ Ramal):

Memorial do Judiciário do RS

3. Público-Alvo (servidor/magistrado/colaborador, nº de pessoas e grau de jurisdição):

4 Servidores do Memorial

a. Curso Presencial: Indicar número de alunos e respectivo setor ou comarca de lotação:

4 Servidores do Memorial

4. Base legal para contratação (quando instrutor externo, nos termos da Lei nº. 14.133/2021):

a) Inexigibilidade, nos termos do art. 74 da Lei nº. 14.133/21.

a Justificativa para contratação e currículo do profissional ou empresa, no caso de inexigibilidade de contratação.

Justifica-se a contratação por inexigibilidade devido a especificidade do tema. A professora trabalhará desde os limites e possibilidades das intervenções de restauro, passando por tipos de suporte em papel, análise de fatores de degradação de documentos, avaliação da necessidade de intervenções, além de, como atividade prática, propor intervenções em documentos do Memorial. A proposta da professora, por envolver o material do Memorial, nos interessa pela proximidade com a realidade do acervo com o qual lidamos diariamente.

A professora Danielle Schütz é conservadora-restauradora de Bens Culturais móveis, imóveis e integrados, vinculada ao Conselho de Química da 5ª Região, Membro do Colegiado de Memória e Patrimônio do Rio Grande do Sul, Autora do livro Manual Básico de Conservação e Restauro, assim como docente e coordenadora do Curso Superior em Tecnologia em Conservação e Restauro no Centro Universitário FSG.

5. Necessidade e motivação de formação/desenvolvimento de competências:

O Memorial possui documentos e processos sob sua guarda. Todos os itens passam pelo processamento técnico que inclui a higienização. Contudo, há uma diversidade de documentos que necessitam de reparos para que não se perca a informação lá contida. Nesse sentido, para a preservação do acervo documental, solicitamos o curso.

6. Resultados esperados - competências a serem desenvolvidas:

Maior habilidade no manejo dos documentos, e capacidade de realizar pequenos reparos onde forem necessários para evitar a perda de informações.

7. Indicadores de acompanhamento em avaliação de impacto¹:**a. Área Gestão para Resultados (Formular o(s) indicador(es) que deverá(ão) ser observado(s) na Área de Gestão para Resultados):**

Sim

b. Área Gestão de Pessoas e Liderança (Formular o(s) indicador(es) que deverá(ão) ser observado(s) na Área de Gestão de Pessoas e Liderança):

Não

c. Área de Atualização Jurídica e Prática Processual (Formular o(s) indicador(es) que deverá(ão) ser observado(s) na Área Atualização Jurídica e Prática Processual):

Não

d. Área Comportamental (Formular o(s) indicador(es) que deverá(ão) ser observado(s) na Área Comportamental):

Não

8. Projetos/atividades relacionados:

Programa Formando Gerações, atividades de pesquisa, desenvolvimento de exposições e publicações de conteúdo, a exemplo do livro Memória Histórica da Revolução Farroupilha, que traz a transcrição de cartas de um magistrado atuante na época em que Porto Alegre havia sido sitiada pelos farroupilhas. Projeto na linha de pesquisa: História do Direito e de Processos ações em Processos Judiciais.

9. Alinhamento Estratégico:

Melhoria de desempenho das áreas meio; incrementar a acessibilidade a documentos históricos; manter prestígio e espaço com a qualificação do corpo técnico do Memorial.

10. Previsão Orçamentária:

Curso previsto no planejamento realizado conjuntamente com o CJUD.

11. Sugestão de período de realização:

Primeiro semestre de 2024

12. Ciência da Presidência, Corregedor-Geral da Justiça ou Diretor, conforme OS 005/2018-CJud.

¹ INDICADORES: devem ser informados pela chefia imediata. Serão observados pela Coordenação Pedagógica para elaboração da avaliação de impacto que será encaminhada à chefia imediata 06 meses após a realização do curso.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Inacio Geraldi, Técnico(a) do Poder Judiciário**, em 04/12/2023, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6091309** e o código CRC **C4B6909C**.